

Funai e missões se defrontam por índio

Fernando Caldas
Correspondente

Manaus — O General Ismar Araújo, presidente da Fundação Nacional do Índio, janta com um jornalista no restaurante Folha da Noite, em Roraima. A sua frente, um televisor projeta conhecido banguê-banguê norte-americano sobre lutas entre brancos e índios.

— General, nessa guerra o senhor está torcendo por quem?

— Bem. Ai já se sabe que o índio é o eterno perdedor.

A Funai gostaria de mudar os rumos da História, que sempre registrou a vitória do colonizador. Desde o extermínio de sioux, apaches e comanches, nos Estados Unidos, até ao massacre do mapuche colo-colo, nas terras geladas do Chile. E acha que a civilização está em débito com os silvícolas de todo o mundo. Como o cineasta John Ford, que, depois de exterminar milhares de índios frente às suas câmaras, resolveu absolvê-los, quase ao final de sua carreira, em clássico *western*.

— Eu estava devendo isso a eles, disse Ford.

No Brasil, matanças também se verificaram, como no caso dos kanelas, mas não com a intensidade das registradas nos Estados Unidos, onde a História revela uma sociedade marcada pela violência. O lema "Morrer, Sim. Matar, Nunca", do General Rondon, ainda prevalece. Mas, existem outras formas de extermínio — como as enfermidades e a fome — talvez mais cruéis e mais chocantes do que a da força das armas. O General Ismar assumiu a presidência da Funai com o propósito de aboli-las. E gostaria de poder contar com o apoio das missões religiosas, agrupadas ou não no Conselho Indigenista Missionário, e que aqui se instalaram desde o tempo do antigo Serviço de Proteção ao Índio.

Contradições

Mas, com a instalação da sede da Funai nesta Capital e a aproximação do Simpósio do Índio, que aqui se realizará este mês, acirram-se as contradições entre ela e o Cimi — órgão oficial da CNBB — dificultando ainda mais as pretensões do General.

Em janeiro, de um encontro pastoral em Belém, surgiu um documento em que o Cimi investe contra a política de aproximação com os waimiris-atroaris:

— Parem essa estrada. Ela é uma verdadeira invasão de bárbaros — proclamam os padres.

O General refuta alegando que as missões religiosas falharam na assistência aos índios, ao tentar impor-lhes preceitos religiosos que violentam sua cultura e formação.

O presidente da Funai, acompanhado de jornalistas, vem ao Amazonas e inicia aqui e em Roraima uma série de visitas de inspeção às missões religiosas, sejam católicas ou protestantes, e se irrita:

— Isto aqui é uma imundície — desabafa para os jornalistas ao visitar a maloca dos yanomanis, no Território de Roraima, onde os índios são assistidos pela Missão Catramani — católica — chefiada pelo irmão Carlos Zenquini, que criou até um banco, cujas contas correntes registram sinais coloridos em lugar de valores monetários:

— Que recebem em troca de seus produtos artesanais?

— Roupas e remédios.

— Mas, isso é doação da Funai e da Central de Medicamentos, pondera o General.

Na Missão Evangélica da Amazônia, chefiada pelo missionário norte-americano Robert Camell, a situação é pior. Seis garimpeiros brasileiros descobrem ali na região correntes de ouro, cassiterita e sinais de petróleo. O ouro e a cassiterita não podem explorar, porque o missionário não permite. Há violento diálogo, com a intervenção do General Ismarth:

— General, esses índios daqui estão morrendo de fome — afirma o chefe do garimpo.

— Isso é mentira — contesta o missionário.

— É verdade, refuta o garimpeiro — eles vivem atrás de nós mendigando arroz e farinha e só comem bananas, a única comida que encontram por aqui.

— Se eles gostam de arroz por que não o plantam? — pergunta o General.

— Porque ninguém lhes ensina — responde o garimpeiro.

Desconcertado, o missionário encerra a conversa alegando que, por serem nômades, os yanomanis não aprendem técnicas de agricultura.

A conversa registrada pelo JORNAL DO BRASIL é mais uma evidência do chocante paradoxo que vive o índio brasileiro: teoricamente na posse de terras ricas em metais nobres ou radioativos, o índio que a habita não tem condições de explorá-la, ou pelo menos participar no lucro de sua exploração — como prevê a legislação específica que o protege — e se vê na contingência de mendigar arroz e farinha, quando suas riquezas caem em mãos estranhas.

Dirigentes da Funai observam que ela é mais chocante, porque dela participa um missionário responsável por organismo religioso que para aqui veio propondo-se a ensinar aos índios técnicas de agricultura e mão-de-obra, possibilitando-lhes "integrar-se na civilização, a ir adquirindo capacidade jurídica que os tornem responsáveis por suas ações e omissões."

Tem-se constatado, sobre os fracassos dessas missões estrangeiras, que nem o idioma português têm condições de ensinar aos nossos silvícolas — um duvidoso comportamento de seus dirigentes. E surge a inevitável pergunta:

— Se nada têm a dar em benefício dos nativos, qual a outra forte razão de suas presenças nestas terras?

A propósito, conta-se que a constatação de urânio na área dos yanomanis — pelo Projeto Radam — foi posterior a dos missionários, que, em certa ocasião, chegaram a aprisionar um avião do Projeto, em ato arbitrário que fere a própria soberania nacional, sob pretexto de que nossos geólogos não podiam aterrissar em "propriedade privada." Propriedade de quem? E surge também a presunção da existência de armas, já que somente pela força pode-se impor a limitação da liberdade do ir-e-vir de cidadãos brasileiros — preceito constitucional — ainda que arbitrariamente, como tem ocorrido.

Posição do Cimi

O jesuíta Egidio Schwade — secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário, que está em Manaus, em "viagem de rotina" — afirma que esse órgão da Comissão Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) começou a tomar posição desde que o Ministro do Interior, Sr Rangel Reis, preconizou mudanças substanciais no Estatuto do Índio. Alegam os religiosos que por trás das mudanças o que se pretende é afastá-los do contato com os índios, o que passaria a ser feito apenas pela Funai.

— Aliás — afirma Shwade — a Constituição e o Estatuto do Índio são dois instrumentos que a Funai ainda não está usando em benefício dos índios. O Estatuto foi violado pelo presidente da Funai quando transferiu os Kreen-akarores para o Parque Nacional do Xingu, por uma simples portaria.

Em seguida, o jesuíta Secretário Executivo do Cimi passou a arrolar denúncias:

1 — O INCRA estabeleceu a sede do projeto de colonização Sidney Girão a 100 metros do Posto Ribeiro, em Rondônia, e loteou terras dos índios Pakaas-novos; 2 — Os suruí, ainda em Rondônia, perdem sistematicamente suas terras, em favor de fazendeiros do Paraná, com a aquiescência da Funai, que demarcou, também, o Parque Aripuanã, deixando de fora a maior parte dos índios da área; 3 — Os kaingangs e guaranis vêm há anos requerendo uma solução definitiva e satisfatória para o problema de suas terras e os processos continuam engavetados; 4 — A renda indígena proveniente dos projetos da Funai, no Sul do país, é aplicada ao bel-prazer do DGPI e desconhece-se seu destino; 5 — Xavantes e suruí são induzidos a participar da Expedição Apoena Meirelles, traindo seus irmãos waimiris-atroaris e invadindo suas terras — fato que demonstra ser a política da Funai a mesma do branco invasor.